



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

MEMORANDO

Taquari, 24 de maio de 2023.

SSMT 248/2023



De: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Para: GABINETE DO PREFEITO

Por meio do presente expediente administrativo vem essa Secretaria postular a autorização de Vossa Excelência para Contratação Emergencial de empresa apta a proceder com o atendimento da demanda da atenção primária de saúde, na especialidade de psiquiatria, junto ao CAPS Florescer I (1000 consultas), pelo prazo de 60 (Sessenta) dias, prorrogáveis iguais e sucessíveis. Períodos até o limite de 180 dias.


José Harry Saraiva Dias
Secretário da Saúde e Meio Ambiente
Taquari - RS

Taquari, 24 de maio de 2023.

José Harry Saraiva Dias
Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente – Taquari/RS

Taquari, 11 de maio de 2023

DE: CAPS I FLORESCER

PARA: SECRETARIA DA SAÚDE

Ao Secretário da Saúde

Sr. José Harry Dias

Tendo em vista, que o contrato de **Registro de Preços Nº 036/2022 da Empresa Policlínica Reategui Navarro Eireli**, com o vencimento em junho, mas com o número de consultas excedido acordado em contrato, devido ao grande aumento da demanda pós pandemia onde a procura por atendimentos psiquiátricos aumentou muito, ultrapassado assim, o número de consultas do contrato.

Os dois psiquiatras, Dr. Babington Silva e Dr. Alexandre Sabany, atendem por mês em torno de 280 consultas além do fornecimento de receitas que chega em média de 200 por mês.

Estamos com um agendamento até setembro deste ano, ou seja, já temos 1.200 pacientes agendados, e o cancelamento das consultas teria um grande impacto na continuidade do tratamento dos pacientes, aumentando assim, as internações psiquiátricas, e o risco de suicídio.

Dede já agradecemos a compreensão e solicitamos uma contratação emergencial imediata para solucionar o problema.

Atenciosamente,


Alexandra Santos Castro
Alexandra Castro
COREN-RS 117940 - ENF
Coordenadora CAPS

Unidade CAPS Florescer
Rua José Bizarro Neto
Coqueiros



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Contratação emergencial de empresa apta a proceder com o atendimento da demanda da atenção primária de saúde, **na especialidade de psiquiatria**, junto ao CAPS Florescer I (1000 consultas), pelo prazo de 60 (Sessenta) dias, prorrogáveis iguais e sucessíveis. Períodos até o limite de 180 dias.

2. Justificativa:

O CAPS representa a reorientação do modelo de atenção em saúde mental de um modo asilar, com o foco na doença mental e com o hospital psiquiátrico como principal meio de tratamento, - para um modo psicossocial, com o olhar voltado para o sujeito em sofrimento, considerando-o inserido em determinado grupo social com o atendimento pautado por serviços substitutivos, organizados em uma rede de atenção em saúde mental.

O tratamento no CAPS vem contribuindo para amenizar o sofrimento psíquico de seus usuários, gerando mudanças no dia-a-dia e possibilitando a retomada de suas vidas com uma maior qualidade.

Os usuários do serviço reconhecem o CAPS como um local que disponibiliza na comunidade um atendimento ambulatorial, diferente da base do tratamento centrado nas hospitalizações. Desse modo, identifica-se o papel que a unidade de saúde possui na vida dos sujeitos, configurando-se enquanto um serviço que possibilita que o usuário seja cuidado em seu domicílio, em contato com a sua família, não necessitando de segregação em instituições hospitalares. A criação de serviços substitutivos ao manicômio, como o CAPS, iniciou-se com o processo de desinstitucionalização, - ou seja, de um trabalho prático de transformação, - que desmonta a solução institucional existente, - o manicômio -, para remontar um novo sistema. Transformou-se então o modo como as pessoas são tratadas, atenuando-se o sofrimento dos pacientes, já que o tratamento passou a ser entendido e concebido como um conjunto complexo e cotidiano de estratégias para enfrentar o problema em questão, considerando-se a *existência-sofrimento* dos sujeitos.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Os usuários do CAPS demonstram a necessidade de estarem imbuídos do tratamento, possuindo força de vontade ao sentirem-se corresponsabilizados pela sua melhora. É fundamental essa tomada de consciência dos usuários sobre a importância de estarem motivados e engajados em seu tratamento e não apenas se reconhecerem apenas como pacientes inertes à espera de intervenção da equipe do CAPS. Isso se faz fundamental, sobretudo no tratamento no modo psicossocial em que é necessário que os usuários participem ativamente do seu tratamento, que tenham autonomia e responsabilização.

Outro aspecto presente no atendimento dos usuários no CAPS é a participação em oficinas terapêuticas, as quais podem se configurar como uma ferramenta para auxiliar na reorganização da vida dos usuários. As oficinas, assim como o trabalho e a arte, podem funcionar como catalisadores da construção de territórios existenciais, nos quais os usuários possam reconquistar o seu cotidiano. Além disso, a valorização das atividades em grupo, que propõem e facilitam a interação social, são fundamentais para atender os propósitos da atenção psicossocial.

Destaca-se também a ligação que o CAPS possui com outros setores da comunidade, como por exemplo, a relação que estabelecem com abrigos do município. Essa relação do CAPS com outros serviços é fundamental no atendimento aos sujeitos em sofrimento psíquico, fazendo-se necessária uma ampliação dessas trocas aos diversos serviços da comunidade, para assim constituir uma troca intersetorial. O cuidado aos sujeitos em sofrimento psíquico necessita ser visto por uma ótica além do modelo asilar, com a expansão para o campo residencial, esportivo, de trabalho, recreacional e cultural. Isto indica a necessidade de mudanças no conceito de saúde, remetendo a necessidade de um atendimento ampliado e, possivelmente, baseado na intersetorialidade.

Desta feita, em se considerando que a fase preparatória de processo de licitação encontra-se em trâmite e que o serviço é de caráter contínuo (qualquer paralisação seria impensada, na medida em que os prejuízos decorrentes da interrupção de tratamentos psiquiátricos poderiam ser catastróficos, com risco eminente à integridade física dos paciente e de terceiros), a contratação emergencial é medida que se impõe.

3. Especificações e valor do objeto:

Objeto	Quantitativo	Valor*
- Contratação de Pessoa Jurídica para a	Máximo de	R\$ 104.866 (cento e quatro mil



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

prestação de serviços médicos na especialidade de psiquiatria, junto ao CAPS Florescer I.	1000 consultas	Reais e oitenta e seis Centavos) – por consulta.
---	----------------	--

* menor valor, em se considerando todos os orçamentos obtidos.

4. Fiscal Anuente:

Alexandra Castro – profissional de saúde responsável pela Coordenação do CAPS I Florescer.

5. Dotação:

Anexa.



José Harry Saraiva Dias
Secretário da Saúde e Meio Ambiente
Taquari-RS

Taquari, 24 de Maio de 2023.

José Harry Saraiva Dias
Secretária Municipal da Saúde e Meio Ambiente - Taquari/RS.

Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
Rua Osvaldo Aranha
C.N.P.J. 88.067.780/0001-38

REQUISIÇÃO Nº 25719

Folha: 1 of 1

Dotação Reduzida: 413 - MANUTENCAO DOS SERV.DA SAUDE

Projeto/Atividade: 2036 - MANUTENCAO DOS SERV.DA SAUDE

Rubrica: 3390.39.50.00.00.00 - SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICOS E LABORA

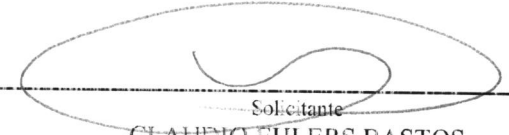
Recurso Vinculado:40 - ASPS

Código	Descrição	Item	Unid.	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total	
19698	SERVIÇO	2	UN	1.000,00	104,86000	104.860,00	
						Total:	104.860,00

Obs.: Contratação de empresa para prestarserviços médicos especializados na área de psoquiatria para atendimento das demandas do CAPS Florescer I

Em 19/05/2023

Responsável do(a)



Solicitante
CLAUDIO EHLERS BASTOS
Assessor de Gabinete:



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2022

Aos seis dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e dois, o **MUNICÍPIO DE TAQUARI**, inscrito no CNPJ/MF 88.067.780/0001-38, com sede administrativa à Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, em Taquari, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 562.144.300-44, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado de **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**, e a empresa **POLICLÍNICA REATEGUI NAVARRO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.974.474/0001-53, estabelecida à Rua Marechal Deodoro, nº 1390 Bairro Centro, no município de Taquari, RS, CEP 95.860-000, neste ato representado por seu Titular, Sr. Edmundo Eliseo Reategui Navarro Neto, inscrito no CPF sob o nº 013.180.920-27, doravante denominada simplesmente de **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA**, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022**, firmam o presente instrumento, registrando os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros fornecimentos dos serviços especificados na Cláusula Primeira.

O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pelo processo de **Pregão Presencial nº 014/2022**, Lei Federal nº 10.520, de 17-07-2002, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e Decreto Municipal nº 2.057, publicado em 09 de março de 2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014 e cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

I - DO OBJETO:

I.1. Contratação de empresa, objetivando o Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, para prestação de serviços médicos especializados na área de Psiquiatria, para proceder ao atendimento da demanda da atenção primária da saúde, no CAPS Florescer I, para a Secretaria Municipal da Saúde e Meio Ambiente, nos termos e condições especificados nas cláusulas seguintes.

I.2. Os serviços ora registrados serão fornecidos observadas as estimativas de aquisição e valores constantes no quadro abaixo:

Quantidade	Unidade	Valor Unit.	Valor Total Estimado
1-3600	CONSULTAS	R\$ 104,86	R\$ 377.496,00

I.3. Os serviços objeto deste instrumento poderão não ser adquiridos pelo Município. Se adquiridos, serão fornecidos pela Detentora da Ata/Contratante, mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto no edital e no presente instrumento.

I.4. A Administração não emitirá qualquer nota de empenho sem prévia existência do respectivo crédito orçamentário.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA SEGUNDA

II – DA VALIDADE E VIGÊNCIA:

II.1. O Registro de Preços terá validade de **12 (Doze) meses**.

II.2. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua publicação e à validade do presente Registro de Preços (**06/07/2022 a 05/07/2023**).

II.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA

III – DOS SERVIÇOS:

III.1. Do Atendimento:

III.1.1. Os serviços deverão ser iniciados, pela Detentora da Ata/Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Execução dos Serviços emitida pelo Município.

III.1.2. As consultas serão agendas pela Secretaria Municipal da Saúde;

III.1.3. Os atendimentos serão realizados no CAPS Florescer I, sito à Rua José Bizarro Neto, nº 10, Bairro Coqueiros, Taquari, RS;

III.1.4. A CONTRATADA poderá realizar até o máximo 3600 (três mil e seiscentas) consultas no período de 12 (doze) meses;

III.1.4. Os atendimentos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, quando ocorrerem, serão considerados reconsultas e não serão remunerados, bem como o retorno para entrega de exames.

III.2. Demais Disposições:

III.2.1. Os materiais utilizados na prestação dos serviços objeto do presente contrato serão fornecidos pelo Município;

III.2.2. Os profissionais deverão apresentar-se no local de trabalho devidamente identificados com crachás da empresa Detentora da Ata/Contratada;

III.2.3. Toda estrutura, como sala de atendimento, enfermagem e atendentes serão disponibilizados pela Secretaria Municipal da Saúde;

III.2.4. A Detentora da Ata/Contratada deverá apresentar profissionais habilitados, responsabilizando-se em ressarcir quaisquer danos ou prejuízos que os mesmos, por culpa ou dolo, vierem a causar;

III.2.5. A Detentora da Ata/Contratada fica ciente de que, a qualquer tempo, poderá ser solicitada a substituição do profissional, no caso do mesmo não estar desempenhando ou correspondendo ao atendimento contratado pelo Município.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA QUARTA

IV – DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

IV.1. A Detentora da Ata/Contratada, deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, sendo esta condição requisito obrigatório à assinatura desta Ata de Registro de Preços.

IV.2. No momento da assinatura da ata de Registro de Preços, a empresa DETENTORA DA ATA, deverá apresentar ao fiscal anuente, a cópia dos Registros dos Funcionários que prestarão os serviços (ficha ou livro) e a cópia da CTPS dos mesmos e/ou contrato de prestação de serviços por prazo indeterminado, bem como o comprovante de especialização dos mesmos na área de psiquiatria, com o registro junto ao CREMERS, repetindo tal procedimento sempre que houver alteração no quadro de profissionais.

V.3. O presente não criará qualquer vínculo empregatício entre o Município e a empresa DETENTORA DA ATA e seus funcionários.

CLÁUSULA QUINTA

V – DA FISCALIZAÇÃO:

V.1. A gestão da Ata de Registro de preços, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, que em conformidade com o Artigo 67 da Lei 8666/93, designa o servidor Vinícius Lange, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato originário do presente certame.

V.2. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um fiscal anuente, que será responsável pela testificação da qualidade do serviço e da quantificação do executado.

V.3. O fiscal anuente anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com os serviços realizados, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observados, quando houverem.

V.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pelo DETENTOR DA ATA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.

V.5. A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da empresa DETENTORA DA ATA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência não implica corresponsabilidade do Município de Taquari.

CLÁUSULA SEXTA

VI – DO PAGAMENTO:

VI.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, mediante aprovação e liberação pelo órgão Gerenciador, por intermédio da Tesouraria do Município, correndo a despesa nas dotações a serem indicadas quando do empenho.

VI.1.1. Serão pagas a soma das consultas realizadas, que serão verificadas e atestadas pelo Órgão Gerenciador, por intermédio do fiscal anuente.

VI.2. A nota fiscal/fatura emitida pela empresa prestadora dos serviços deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

VI.3. Os preços não sofrerão reajuste de qualquer natureza, exceto para os casos devidamente comprovados, decorrentes da necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro, conforme previsto na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

VII - DAS ALTERAÇÕES:

VII.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

VII.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao Município de Taquari promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

VII.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Taquari deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- a) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

VII.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Taquari poderá:

- a) acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações;
- b) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

VII.5. Não havendo êxito nas negociações, o Município de Taquari deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

VII.6. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

CLÁUSULA OITAVA

VIII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

VIII.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

VIII.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

VIII.1.2. Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

VIII.1.3. Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a adequada prestação de serviços;

VIII.1.4. Comunicar ao DETENTOR DA ATA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;

VIII.2. Constituem obrigações do DETENTOR DA ATA:

VIII.2.1. Fornecer o objeto deste instrumento de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pelos serviços prestados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;

VIII.2.2. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de origem;

VIII.2.3. Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente contratação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

VIII.2.4. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços.

VIII.2.5. Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;

VIII.2.6. Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto contratado;

VIII.2.7. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;

VIII.2.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;

VIII.2.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da Ata de Registro de Preços, facultada a supressão além desse limite.

VIII.2.10. Obedecer aos prazos estipulados para atendimento do objeto e cumprir todas as exigências editalícias e Ata de Registro de Preços;

VIII.2.11. Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

VIII.2.12. A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente sua, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata.

VIII.2.13. Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada/Detentora da Ata.

CLÁUSULA NONA

IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

X.1. Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de CONTRATADA**, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

IX.1.1. Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

IX.1.2. As penalidades serão aplicadas:

- b) Quando houver atraso por culpa da contratada;
- c) Quando parar injustificadamente os serviços;
- d) Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.

IX.1.3. Sem prejuízo de outras cominações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes multas:

- a) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

IX.1.4. Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;

IX.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;

IX.1.6. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

IX.1.7. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;

IX.1.8. Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

IX.2 – Na condição de CONTRATANTE:

IX.2.1. No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IPCA ou outro índice acordado entre as partes.



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

IX.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

X.1. A Contratada (Detentor da Ata) terá seu registro cancelado quando:

X.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

X.1.2. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

X.1.3. Tiver presentes razões de interesse público.

X.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.

X.3. O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

X.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida de pleno direito pelo Município de Taquari, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

X.4.1. Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;

X.4.2. Decretação de falência, pedido de concordata, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pelas autoridades competentes das atividades da Detentora da Ata/Contratada;

X.4.3. Inobservância de dispositivos legais;

X.4.4. Dissolução de empresa Detentora da Ata/Contratada;

X.4.5. Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

X.5. Nos casos de rescisão pelos **subitens XI.4.1 e XI.4.3**, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.

X.6. Por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando ocorrer:

X.6.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:

X.6.2. Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

X.6.3. Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

X.6.4. Atraso injustificado no fornecimento;



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

X.6.5. Paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;

X.6.6. Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

XI.1. A Contratada/DETENTORA DA ATA assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos produtos decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

XI.2. Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta Ata e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.

XI.3. Ficam vinculados a esta ata e passam a fazer parte integrante dela, o ato que a originou - Pregão Presencial nº 014/2022 e da proposta da Contratada/DETENTORA DA ATA.

XI.4. Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

XII - DA EFICÁCIA:

XII.1. A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada a publicação de seus extratos e começará a vigorar a partir das suas respectivas assinaturas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

XIII - DO FORO:

XIII.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços fica eleito o Foro da Comarca de Taquari, com renúncia a quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 03 vias de igual teor e forma para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

MUNICÍPIO DE TAQUARI
Órgão Gerenciador

POLICLÍNICA REATEGULNAVARRO EIRELI
Detentora da Ata/Contratado

Fiscal Anuente

TESTEMUNHAS